

TGR Subholding 2 S.A.

Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em

31 de dezembro de 2025



Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	3
Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado.....	8
Demonstrações do resultado abrangente.....	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	13
1 Contexto operacional.....	13
2 Base de preparação e políticas contábeis materiais.....	13
3 Gerenciamento de riscos.....	24
4 Caixa e equivalentes de caixa.....	25
5 Contas a receber de clientes.....	26
6 Imobilizado (Consolidado).....	26
7 Investimentos (Controladora).....	28
8 Empréstimos e financiamentos (Controladora).....	29
9 Patrimônio líquido.....	30
10 Receita líquida de vendas.....	30
11 Custos operacionais.....	30
12 Despesas gerais ou administrativas.....	30
13 Resultado financeiro.....	30
14 Partes relacionadas.....	32
15 Instrumentos financeiros.....	33
16 Imposto de renda e contribuição social corrente.....	34
17 Contingências.....	37
18 Eventos subsequentes.....	37



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos acionistas e administradores da
TGR Subholding 2 S.A.
Maracanaú (CE)**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TGR Subholding 2 S.A. ("Companhia") e sua controlada, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da TGR Subholding 2 S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 31 de março de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5

Pedro Barroso Silva Junior
Contador CRC CE-021967/0-5

Balancos patrimoniais

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	34.586	6	27.720	2
Contas a receber de clientes	5	16.296	—	2.271	—
Dividendos a receber	14	—	—	4.600	—
Derivativos financeiros	15	16.248	—	16.248	—
Outros créditos		705	—	1	—
Total do Ativo Circulante		67.835	6	50.840	2
Tributos diferidos		675	—	675	—
Outros créditos		668	—	—	—
Realizável à longo prazo		1.343	—	675	—
Investimento	7	—	—	463.436	116.681
Imobilizado	6	446.570	208.438	—	—
		446.570	208.438	463.436	116.681
Total do Ativo Não Circulante		447.913	208.438	464.111	116.681
Total do Ativo		515.748	208.444	514.951	116.683

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

TGR Subholding 2 S.A.
Balancos Patrimoniais
em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores		332	3.790	2.276	—
Dividendos a pagar	14	1.165	—	1.164	—
Empréstimos e financiamentos	8	13.317	—	13.317	—
Partes relacionadas - outras contas a pagar	14	373	711	—	—
Obrigações fiscais		3.188	80	2.769	—
Imposto de renda e contribuição social	16	320	—	—	—
Obrigações trabalhistas		—	117	—	—
Derivativos financeiros	15	15.405	—	15.405	—
Outras contas a pagar		816	30	—	—
Total do Passivo Circulante		34.916	4.728	34.931	—
Empréstimos e financiamentos	8	394.595	—	394.595	—
Tributos diferidos	16	1.013	—	1.013	—
Outras contas a pagar		753	76	—	—
Total do Passivo Não circulante		396.361	76	395.608	—
Total do Passivo		431.277	4.804	430.539	—
Patrimônio líquido	9				
Capital social		66.651	107.196	66.651	107.196
Reserva legal		245	—	245	—
Reserva de lucros a distribuir		3.403	—	3.403	—
Adiantamento para futuro aumento de capital		—	9.375	—	9.375
Transação de capital com acionistas		12.095	732	12.095	732
Ajuste acumulado de conversão		2.018	—	2.018	—
Prejuízos acumulados		—	(620)	—	(620)
Total do Patrimônio líquido atribuído aos controladores		84.412	116.683	84.412	116.683
Participação de acionistas não controladores		59	86.957	—	—
Total do Patrimônio Líquido		84.471	203.640	84.412	116.683
Total do Passivo e Patrimônio líquido		515.748	208.444	514.951	116.683

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida operacional	10	33.183	—	2.041	—
Custos operacionais	11	(2.977)	—	(2.010)	—
Lucro bruto		30.206	—	31	—
Despesas gerais ou administrativas	12	(1.390)	(808)	(12)	(11)
Outras (despesas) receitas operacionais		(126)	18	—	—
Despesas operacionais		(1.516)	(790)	(12)	(11)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		28.690	(790)	19	(11)
Receitas financeiras	13	2.605	—	2.328	—
Despesas financeiras	13	(12.582)	(3)	(5.494)	—
Resultado financeiro		(9.977)	(3)	(3.166)	—
Resultado de equivalência patrimonial	7	—	—	8.834	(609)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		18.713	(793)	5.687	(620)
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(715)	—	—	—
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(255)	—	(255)	—
Lucro (Prejuízo) do exercício		17.743	(793)	5.432	(620)
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores		5.432	(620)	—	—
Acionistas não controladores		12.311	(173)	—	—

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado abrangente

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (Prejuízo) do exercício	17.743	(793)	5.432	(620)
Ajustes acumulados de conversão	2.019	—	2.018	—
Resultado abrangente total	19.762	(793)	7.450	(620)
Resultado atribuído aos:				
Acionistas controladores	7.450	(620)	—	—
Acionistas não controladores	12.312	(173)	—	—

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Notas	Capital subscrito	Capital a integralizar	Reserva legal	Reservas de lucros a distribuir	Ajustes acumulados de conversão	Transação de capital com acionistas	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 14 de junho de 2024		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Capital subscrito	9	107.196	(107.196)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Capital integralizado	9	—	107.196	—	—	—	—	—	—	107.196	—	107.196
Emissão de ações preferenciais resgatáveis	9	—	—	—	—	—	—	—	—	—	87.862	87.862
Variação na participação societária	7	—	—	—	—	—	732	—	—	732	(732)	—
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	—	—	—	—	—	—	9.375	—	9.375	—	9.375
Prejuízo do exercício		—	—	—	—	—	—	—	(620)	(620)	(173)	(793)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		107.196	—	—	—	—	732	9.375	(620)	116.683	86.957	203.640
Lucro do exercício		—	—	—	—	—	—	—	5.432	5.432	12.311	17.743
Ajustes acumulados de conversão		—	—	—	—	2.018	—	—	—	2.018	1	2.019
Total de resultados abrangentes		—	—	—	—	2.018	—	—	5.432	7.450	12.312	19.762
Capital subscrito	9	9.455	(9.455)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Capital integralizado	9	—	9.455	—	—	—	—	(9.375)	—	80	—	80
Redução de capital	9	(50.000)	—	—	—	—	—	—	—	(50.000)	—	(50.000)
Resgate de ações preferenciais resgatáveis	9	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(87.846)	(87.846)
Variação na participação societária	7	—	—	—	—	—	11.363	—	—	11.363	(11.363)	—
Destinação do Lucro												
Reserva legal	9	—	—	245	—	—	—	—	(245)	—	—	—
Dividendos obrigatórios	9	—	—	—	—	—	—	—	(1.164)	(1.164)	(1)	(1.165)
Reserva de lucros a distribuir	9	—	—	—	3.403	—	—	—	(3.403)	—	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2025		66.651	—	245	3.403	2.018	12.095	—	—	84.412	59	84.471

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (Prejuízo) do exercício		17.743	(793)	5.432	(620)
Ajustes para:					
Depreciação	6	18	—	—	—
Equivalência patrimonial	7	—	—	(8.834)	609
Ganhos em operações com contratos derivativos, líquido do diferido	13	(751)	—	(751)	—
Imposto de renda e contribuição social, líquido do diferido	16	970	—	255	—
		17.980	(793)	(3.898)	(11)
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		(15.969)	—	(2.270)	—
Outros créditos		10.470	500	4.848	—
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		(338)	132	—	—
Fornecedores		(3.750)	(956)	2.276	—
Obrigações trabalhistas		(117)	80	—	—
Obrigações fiscais		353	18	11	—
Outras contas a pagar		1.464	—	—	—
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais		10.093	(1.019)	967	(11)
Impostos pagos sobre o lucro	16	(386)	—	—	—
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		9.707	(1.019)	967	(11)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aumento de capital em empresas investidas	7	—	—	(319.922)	(9.363)
Aquisição de investimento, líquido do caixa adquirido		—	2	—	—
Aquisição de imobilizado	6	(233.931)	(96.215)	—	—
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(233.931)	(96.213)	(319.922)	(9.363)

TGR Subholding 2 S.A.
Demonstrações dos Fluxos de Caixa
em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Capital integralizado	9	80	1	80	1
Captações de empréstimos e financiamentos	8	400.138	—	400.138	—
Emissão de ações preferenciais resgatáveis		—	87.862	—	—
Resgate de ações preferenciais resgatáveis	9	(87.846)	—	—	—
Redução de capital	9	(50.000)	—	(50.000)	—
Custo de captação - empréstimos e financiamentos	8	(2.896)	—	(2.896)	—
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	—	9.375	—	9.375
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		259.476	97.238	347.322	9.376
Efeito de variação cambial em caixa e equivalentes de caixa		(672)	—	(649)	—
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		34.580	6	27.718	2
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	6	—	2	—
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	34.586	6	27.720	2
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		34.580	6	27.718	2

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 Contexto operacional

A TGR Subholding 2 S.A. (“Companhia”), com sede em Maracanaú (CE), foi constituída em 14 de junho de 2024, e tem como objeto social: participar como acionista do capital social de sociedades que atuem em empreendimentos no setor de energia renovável e a comercialização de energia elétrica gerada pelos parques eólicos controlados, limitada a capacidade instalada do empreendimento, atuando como uma contraparte central que garante a segurança, liquidação e compensação dos contratos de compra e venda de energia (“clearing house”).

Sua controlada têm por objeto social: o desenvolvimento, a construção, a instalação, a operação, a manutenção e a exploração de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica e a comercialização de energia elétrica.

1.1 Descrição do projeto eólico parcialmente controlado pela Companhia

Projeto Serra do Tigre (“TGR”)

O projeto contempla a implantação de doze parques eólicos, no qual um é controlado pela Companhia. A capacidade instalada total do projeto é de 756MW, do qual 63MW é controlado pela Companhia. Esta capacidade é composta por 14 aerogeradores, do total de 168 aerogeradores modelo Vestas V150 4.5. O parque controlado pela Companhia está localizado no município de São Tomé (RN) e iniciou sua operação comercial plena de em 15 de dezembro de 2025.

2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2026.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Moeda de apresentação

Em atendimento a legislação brasileira, as informações são apresentadas em Reais, convertidas a partir das demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas na moeda funcional da Companhia e de suas controladas, que, em 1º de novembro de 2025, foi alterada para o dólar norte-americano, conforme destacado abaixo:

- (i) Os ativos e passivos são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço (taxa de fechamento);
- (ii) Demonstrações do resultado, resultado abrangente e fluxos de caixa são convertidas pela taxa de câmbio média mensal; e
- (iii) O patrimônio líquido é convertido pela taxa histórica.

As diferenças cambiais resultantes da referida conversão, são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, na demonstração do resultado abrangente, na linha de "Ajustes acumulados de conversão".

Moeda funcional

A Administração monitora periodicamente os indicadores primários e secundários que definem a moeda funcional a ser utilizada.

Com o surgimento de novas operações no mercado de energia relacionados a moeda estrangeira, considerando negociações de contratos de venda de energia (PPAs) em dólar-americano e aquisição de máquinas e equipamentos dos parques eólico indexado à mesma moeda, a avaliação indicou que esta moeda é a moeda mais significativa nas transações, eventos e condições subjacentes da Companhia e de suas controladas.

Com isso, a Administração alterou a moeda funcional da Companhia e de suas controladas a partir de 1º de novembro de 2025, data em que o dólar-americano foi definido como moeda funcional. A taxa de conversão foi de R\$5,3409, e a conversão foi efetuada de maneira prospectiva, conforme item 35 do CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, não havendo assim necessidade de abertura de valores históricos anteriores aos da data da definição da moeda funcional. Os montantes resultantes da conversão, no caso dos itens não monetários, foram tratados como se fossem seus custos históricos.

Transações envolvendo ativos e passivos monetários, em moedas distintas da funcional, são convertidas para moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de liquidação ou pela taxa vigente ao final do período de apresentação. A variação cambial incorrida entre a data de registro inicial da transação e a data de liquidação ou apresentação das demonstrações financeiras é registrada no resultado do período.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas na moeda funcional dólar, apresentadas como informação suplementar, bem como as informações convertidas para a moeda de apresentação, que é o real, estão demonstradas a seguir:

(a) Balanços patrimoniais

Ativo	31/12/2025			
	Consolidado		Controladora	
	(US\$)	(R\$)	(US\$)	(R\$)
Caixa e equivalentes de caixa	6.286	34.586	5.038	27.720
Contas a receber de clientes	2.962	16.296	413	2.271
Dividendos a receber	—	—	836	4.600
Derivativos financeiros	2.953	16.248	2.953	16.248
Outros créditos	128	705	—	1
Total do Ativo Circulante	12.329	67.835	9.240	50.840
Tributos diferidos	123	675	123	675
Outros créditos	121	668	—	—
Realizável a longo prazo	244	1.343	123	675
Investimento	—	—	84.224	463.436
Imobilizado	81.159	446.570	—	—
	81.159	446.570	84.224	463.436
Total do Ativo Não Circulante	81.403	447.913	84.347	464.111
Total do Ativo	93.732	515.748	93.587	514.951

	31/12/2025			
	Consolidado		Controladora	
	(US\$)	(R\$)	(US\$)	(R\$)
Passivo e Patrimônio Líquido				
Fornecedores	60	332	414	2.276
Dividendos a pagar	211	1.165	211	1.164
Empréstimos e financiamentos	2.420	13.317	2.420	13.317
Partes relacionadas - outras contas a pagar	68	373	—	—
Obrigações fiscais	579	3.188	504	2.769
Imposto de renda e contribuição social	58	320	—	—
Outras contas a pagar	149	816	—	—
Derivativos financeiros	2.800	15.405	2.800	15.405
Total do Passivo Circulante	6.345	34.916	6.349	34.931
Empréstimos e financiamentos	71.713	394.595	71.713	394.595
Outras contas a pagar	138	753	—	—
Tributos diferidos	184	1.013	184	1.013
Total do Passivo Não circulante	72.035	396.361	71.897	395.608
Passivo Total	78.380	431.277	78.246	430.539
Patrimônio líquido				
Capital social	12.379	66.651	12.379	66.651
Reserva legal	45	245	45	245
Reserva de lucros a distribuir	634	3.403	634	3.403
Ajustes acumulados de conversão	—	2.018	—	2.018
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.283	12.095	2.283	12.095
Total do Patrimônio líquido atribuído aos controladores	15.341	84.412	15.341	84.412
Participação de acionistas não controladores	11	59	—	—
Total do Patrimônio Líquido	15.352	84.471	15.341	84.412
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	93.732	515.748	93.587	514.951

(b) Demonstrações dos resultados

	01/11 a 31/12/2025			
	Consolidado		Controladora	
	(US\$)	(R\$)	(US\$)	(R\$)
Receita líquida operacional	2.567	13.925	378	2.041
Custos operacionais	(459)	(2.483)	(372)	(2.010)
Lucro bruto	2.108	11.442	6	31
Despesas gerais ou administrativas	(i)	(ii)	–	–
Despesas operacionais	(i)	(ii)	–	–
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos	2.107	11.431	6	31
Receitas financeiras	477	2.574	430	2.325
Despesas financeiras	(2.329)	(12.577)	(1.017)	(5.493)
Resultado financeiro	(1.852)	(10.003)	(587)	(3.168)
Resultado de equivalência patrimonial	–	–	807	4.370
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	255	1.428	226	1.233
Imposto de renda e contribuição social correntes	(29)	(156)	–	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(47)	(255)	(47)	(255)
Lucro do exercício	179	1.017	179	978
Resultado atribuído aos:				
Acionistas controladores	179	978	–	–
Acionistas não controladores	–	39	–	–

(c) Demonstrações dos fluxos de caixa

	Consolidado		Controladora	
	De 01/11 a 31/12/2025		De 01/11 a 31/12/2025	
	(US\$)	(R\$)	(US\$)	(R\$)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro do exercício	179	1.017	179	978
Ajustes para:				
Depreciação	3	18	—	—
Equivalência patrimonial	—	—	(807)	(4.370)
Ganhos em operações com contratos derivativos, líquido do diferido	(270)	(1.458)	(270)	(1.458)
Imposto de renda e contribuição social, líquido do diferido	76	970	47	255
	(12)	547	(851)	(4.595)
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	868	4.698	(6)	(33)
Outros créditos	1.104	10.750	(2)	1.036
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar	(538)	(2.926)	(408)	(2.237)
Fornecedores	137	39	600	6.798
Obrigações trabalhistas	(14)	(74)	—	—
Obrigações fiscais	524	134	501	8
Outras contas a pagar	(576)	(3.064)	—	—
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	1.493	10.104	(166)	977
Impostos pagos sobre o lucro	(71)	(386)	—	—
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	1.422	9.718	(166)	977
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aumento de capital em empresas investidas	—	—	(59.380)	(319.922)
Aquisição de imobilizado	(351)	(1.875)	—	—
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(351)	(1.875)	(59.380)	(319.922)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captações de empréstimos e financiamentos	74.400	400.138	74.400	400.138
Resgate de ações preferenciais resgatáveis	(59.370)	(319.904)	—	—
Redução de capital	(9.284)	(50.000)	(9.284)	(50.000)
Custo de captação - empréstimos e financiamentos	(545)	(2.896)	(545)	(2.896)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	5.201	27.338	64.571	347.242
Efeito de variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	—	(672)	—	(649)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	6.272	34.509	5.025	27.648
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14	77	13	72
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.286	34.586	5.038	27.720
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	6.272	34.509	5.025	27.648

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A Companhia não apresentava julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **2.8 Ativo imobilizado (Consolidado)** – vida útil do ativo imobilizado: determinar a expectativa de vida útil dos equipamentos e componentes do empreendimento, conforme relatório de consultoria especializada.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Administração usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir suas atividades relevantes, conforme disposições do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

As entidades são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controlada e controladora são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis da controlada são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela controladora.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e da controlada abaixo:

Controladas	Empreendimentos	Potência Instalada (MW)	Localização	Data de constituição	Status	Tipo de investimento		% do Capital Social	
						31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ventos de Santa Clotilde Energias Renováveis S.A.	EOL Ventos de São Rafael 07	63,0	São Tomé (RN)	18 de março de 2021	Operacional	Direto	Direto	99,99%	57,30%

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações *intercompany*, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações *intercompany*, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por "impairment". A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia e sua controlada classificam seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada alterem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, quando transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e sua controlada não transferem e nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e sua controlada realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e dividendos a receber.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: empréstimos e financiamentos, fornecedores, dividendos a pagar, outras contas a pagar e partes relacionadas - outras contas a pagar.

2.7 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“Impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Administração não identificou quaisquer indícios de *impairment* com relação aos ativos não financeiros da Companhia e sua controlada.

2.8 Ativo imobilizado (Consolidado)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados aos empreendimentos, são capitalizados ao imobilizado durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), para as unidades geradoras dos empreendimentos, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena da controlada.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com relatório de unitização do empreendimento, elaborado por consultoria especializada, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.9 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.10 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia e sua controlada operam e geram receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

A Companhia, optante pelo regime tributário do lucro real anual, não apresentou imposto de renda e contribuição social a pagar. Os ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de apuração de imposto de renda e base negativa de contribuição social, quando aplicáveis, são registrados na Companhia. Na data-base das demonstrações financeiras, a controladora não possui diferenças temporárias.

O imposto de renda da controlada foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240, e a contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

2.11 Receita operacional

A receita operacional do curso normal das atividades da controlada é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A controlada reconhece a receita operacional quando a transferência (ou promessa) de bens ou serviços aos clientes refletem a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A NBC TG 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, no caso da controlada, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais da controlada são provenientes da venda de energia gerada. As receitas provenientes da venda de energia gerada são registradas com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos Contratos no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”), e dos contratos firmados no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

A receita de venda de energia elétrica (geração centralizada) é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

2.12 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A Administração não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis: O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Administração ainda está avaliando o impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia e sua controlada também estão avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

b. Outras normas contábeis: não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e sua controlada:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7).
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao empreendimento.

A Administração mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política de tesouraria. As aplicações que não estejam previstas na política, são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia e sua controlada aplicam a maior parte do caixa disponível.

A controladora final da Companhia é a Casa dos Ventos S.A. ("CDV"), portanto a Administração da CDV estabelece um montante mínimo de posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional em que cada uma se encontra e observando as obrigações dos contratos de financiamento. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, credores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, o Orçamento da CDV estabelece o caixa mínimo a ser mantido na controladora e nas controladas. Todo recurso disponível deve ser, sempre que possível, aplicado nos Fundos de Investimentos da CDV através do FIC Domus Ventis ("FIC Consolidador").

Com relação às contas a receber de clientes, a Administração restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínuas. Adicionalmente, com base no histórico operacional da controlada, inexistem históricos relevantes de perdas de títulos a receber.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia e sua controlada não cumprirem suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. O principal passivo financeiro contratado é o empréstimo apresentado na [Nota 8](#).

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno financeiro do empreendimento. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Por adotar o dólar como moeda funcional, as operações da Companhia expostas ao risco de variação cambial são, majoritariamente, as operações denominadas em reais (principalmente custo de mão de obra, teses tributárias, impostos, fornecedores brasileiros e aplicações financeira), bem como os ativos e passivos em moedas diferentes da sua respectiva moeda funcional.

Análise de sensibilidade

Descrição	Saldos 31/12/2025	Risco	Cenário 25%	Cenário 50%
Fundo de investimentos	32.113	Baixa do CDI	32.025	31.935
Efeito no resultado	355		267	177
Aplicações financeiras	2.466	Baixa do CDI	2.447	2.429
Efeito no resultado	72		53	35

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	7	6	2	2
Aplicações financeiras (a)	2.466	—	250	—
Fundo de investimentos - restritos (b)	32.113	—	27.468	—
Total	34.586	6	27.720	2

(a) A controlada mantém suas disponibilidades de caixa em fundos de renda fixa com baixo risco de crédito e remuneração entre 80% e 100% do CDI. Estas operações possuem prazo de vencimento inferior a três meses da data de contratação e, por atenderem aos requisitos no CPC 03, foram classificadas como equivalentes de caixa.

(b) A Companhia e sua controlada possuíam aplicações alocadas em fundo de investimentos, classificados em caixa e equivalentes de caixa, e encontram-se disponíveis para resgate a qualquer momento. Esses fundos não têm prazo determinado para o seu encerramento uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da Administração. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade em 31 de dezembro de 2025 foi de 14,32% a.a.

5 Contas a receber de clientes

Descrição	Consolidado	Controladora
	31/12/2025	31/12/2025
Venda de energia – terceiros	14.059	34
Venda de energia – partes relacionadas (nota 14)	2.237	2.237
Total	16.296	2.271

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Administração considerava não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber, pois por regra estabelecida pela Câmara De Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), todos os títulos a receber são liquidados no mês subsequente ao fornecimento da energia. Adicionalmente, em análise retrospectiva, não se identifica perdas históricas, bem como expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A Companhia e sua controlada não apresentavam títulos vencidos em 31 de dezembro de 2025.

6 Imobilizado (Consolidado)

a. Composição do saldo

Descrição	Taxa %	Custo	Depreciação acumulada	Ajuste acumulado de conversão	31/12/2025	31/12/2024
Torres anemométricas	10,00%	197	(18)	4	183	–
Máquinas e equipamentos	1,85% a 16,67%	385.434	–	2.682	388.116	–
Edificações	3,33% a 4%	58.271	–	–	58.271	–
Ativo de direito de uso de bens arrendados	2,94% a 8,33%	7	(7)	–	–	7
Imobilizados em andamento	–%	–	–	–	–	208.431
Total		443.909	(25)	2.686	446.570	208.438

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2024	Adições	Transferências (a)	Depreciação	Ajuste acumulado de conversão	31/12/2025
Torres anemométricas	—	197	—	(18)	4	183
Máquinas e equipamentos	—	—	385.434	—	2.682	388.116
Edificações	—	—	58.271	—	—	58.271
Ativo de direito de uso de bens arrendados	7	—	—	(7)	—	—
Imobilizados em andamento	208.431	235.274	(443.705)	—	—	—
Total	208.438	235.471	—	(25)	2.686	446.570

- (a) A controlada Ventos de Santa Clotilde Energias Renováveis S.A. iniciou suas operações comerciais de forma plena em 15 de dezembro de 2025 e, em função disso, foi necessária a reclassificação do saldo das classes de ativo relacionados a Imobilizado em Andamento para Imobilizado em uso. A reclassificação ocorreu de forma antecipada em relação à emissão do laudo técnico de unitização, por meio de metodologia elaborada pela Administração da Companhia, tendo por base o processo de unitização efetuado por consultor externo em outras Companhias controladas pela CDV.

Descrição	Ações integralizadas	Adições	Depreciação	31/12/2024
Ativo de direito de uso de bens arrendados	—	8	(1)	7
Imobilizados em andamento	109.491	98.940	—	208.431
Total	109.491	98.948	(1)	208.438

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e sua controlada apresentaram adições ao ativo imobilizado que não tiveram efeito caixa no montante de R\$1.540 (R\$2.733 em 31 de dezembro de 2024), relativas a custos de empréstimos, capitalização de operações de arrendamentos e seguros, reconhecimento de contratos de ativo de direito de uso e provisão de medições de obras não faturadas.

7 Investimentos (Controladora)

a. Composição do saldo

Controlada	31/12/2025	31/12/2024
Ventos de Santa Clotilde Energias Renováveis S.A.	463.436	116.681
Total	463.436	116.681

b. Movimentação do saldo

Controlada	31/12/2024	Equivalência patrimonial	Aumento de capital em empresas investidas	Encargos de dívida capitalizados (a)	Distribuição de lucros (b)	Transação de capital (c)	Ajustes acumulados de conversão	31/12/2025
Ventos de Santa Clotilde Energias Renováveis S.A.	116.681	8.834	319.922	1.244	(4.600)	11.363	9.992	463.436
Total	116.681	8.834	319.922	1.244	(4.600)	11.363	9.992	463.436

(a) O empréstimo divulgada na Nota 8, emitida em nome da Controladora, foi captada para financiar as obras do parque eólico de sua controlada. Por esse motivo, os encargos de dívida foram capitalizados como parte do investimento no balanço individual da Companhia e reclassificados para Ativo Imobilizado no balanço consolidado. Após a conclusão das obras e início das operações comerciais de forma plena das controladas, a Companhia irá iniciar a depreciação dos encargos de dívida capitalizados. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, tal depreciação será classificada para equivalência patrimonial, sendo reclassificada para depreciação nas demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Durante o exercício de 2025, a controlada realizou a distribuição de lucros no montante de R\$4.600, sem efeito caixa.

Controlada	14/06/2024	Ações integralizadas	Equivalência patrimonial	Transação de capital (c)	31/12/2024
Ventos de Santa Clotilde Energias Renováveis S.A.	–	107.195	(609)	732	116.681
Total	–	107.195	(609)	732	116.681

(c) Durante o exercício de 2025, a Companhia incorreu no montante de R\$11.363 em transações de capital com a Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A., acionista controladora direta e indireta da Companhia e da investida, respectivamente, decorrente da mudança de participação societária (R\$732 em 31 de dezembro de 2024).

c. Saldos das controladas

Controlada	31/12/2025				
	Participação societária (%)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado
Ventos de Santa Clotilde Energias Renováveis S.A.	99,99%	469.826	7.576	462.250	21.143
Total		469.826	7.576	462.250	21.143

(a) A diferença entre o total do patrimônio líquido das controladas, o saldo de não controladores e o saldo do investimento da controladora em 2025, condiz com os custos de empréstimos capitalizados nos investimentos no montante de R\$1.244.

Controlada	31/12/2024					Patrimônio líquido na data da aquisição	Resultado na data de aquisição até 31/12/2024
	Participação societária (%)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado		
Ventos de Santa Clotilde Energias Renováveis S.A.	57,30%	208.442	4.804	204.914	(1.276)	107.195	(782)
Total		208.442	4.804	204.914	(1.276)	107.195	(782)

8 Empréstimos e financiamentos (Controladora)

Em 19 de novembro de 2025, a Companhia celebrou contrato de financiamento na modalidade de crédito externo com o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A. ("BBVA"), no montante de US\$74.400, recurso destinado exclusivamente ao financiamento e refinanciamento dos custos de construção do parque eólico da controlada. Os encargos da operação correspondem a 3,85% a.a., a qual está prevista para pagamento em 10 parcelas, sendo a primeira em 19 de maio de 2026 e a última em 19 de novembro de 2030, e será garantida por fiança corporativa integralmente prestada pela TotalEnergies Holdings.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia havia desembolsado integralmente os recursos acima descritos.

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2025
BBVA	410.911
(-) Custos de captação	(2.999)
Total	407.912

b. Movimentação da conta

Descrição	31/12/2025
Saldos em 31 de dezembro de 2024	—
Captações	400.138
Juros capitalizados	1.527
Custo de captação pago no exercício	(2.896)
Ajustes acumulados de conversão	9.143
Saldos em 31 de dezembro de 2025	407.912

Circulante	13.317
Não Circulante	394.595

c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

Vencimento	31/12/2025	
	Valor	%
2027	13.413	3%
2028	15.081	4%
2029	16.303	4%
2030	352.287	89%
Total parcelas - longo prazo	397.084	100%
(-) Custo de captação - longo prazo	(2.489)	
Saldo total - longo prazo	394.595	

9 Patrimônio Líquido

O capital social integralizado é de R\$66.651 em 31 de dezembro de 2025 (R\$107.196 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por 66.650.991 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

Acionista	31/12/2025			31/12/2024		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A.	100,00%	66.651	66.650.991	100,00%	107.196	107.195.992
Total	100,00%	66.651	66.650.991	100,00%	107.196	107.195.992

Aumento de capital

Durante os exercícios de 2024 e 2025, deliberou-se em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") sobre o aumento de capital da Companhia, conforme tabela abaixo:

Data da AGE	Capital subscrito	Integralizado em moeda corrente no exercício	Integralização de ações e AFAC (a)	Emissão de ações ON
14/06/2024	1		—	1.000
30/07/2025	107.195		107.195	107.194.991
Total - 2024	107.196		107.195	107.195.991
14/01/2025	9.375		9.375	9.375.000
13/05/2025	10		—	10.000
15/08/2025	70		—	70.000
Total - 2025	9.455		9.375	9.455.000

- (a) Durante o exercício de 2024, o acionista da Companhia realizou aportes mediante Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFAC") no montante de R\$9.375, o qual foi plenamente integralizado em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada no dia 14/01/2025, sem efeito caixa em 31 de dezembro de 2025. Em 30 de julho de 2024, conforme AGE, a Ventos de São Rafael Energias Renováveis subscreveu 107.194.991 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, equivalendo ao montante de R\$107.195, integralizado mediante contribuição da totalidade da participação societária que detinha em ações ordinárias da Ventos de Santa Clotilde Energias Renováveis S.A.

Redução de capital

Em 14 de agosto de 2025, por meio de AGE, deliberou-se a redução do capital social da Companhia no montante de R\$50.000, com o cancelamento de 50.000.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, e a restituição do capital ao acionista da Companhia, com efeito caixa no mesmo exercício. Com a deliberação, o capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado reduziu de R\$107.196 para R\$66.651.

Dividendos mínimos obrigatórios

Dentre as principais determinações do estatuto social, destaca-se que ao final de cada exercício será realizada distribuição de dividendos não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$1.164.

Descrição	31/12/2025
Lucro do exercício	5.432
Outras movimentações	102
(-) Prejuízo acumulado	(620)
(-) Reserva legal (5%)	(245)
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	4.669
Dividendos propostos	1.164

Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$245, conforme tabela acima.

Reserva de lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2025, foi constituído montante de reserva de lucros a distribuir na ordem de R\$3.403.

Resgate de ações preferenciais resgatáveis

Durante o exercício de 2025, a controlada da Companhia realizou o pagamento de R\$87.846 referente ao resgate de ações preferenciais resgatáveis emitidos em favor da Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A., com efeito caixa no exercício.

10 Receita líquida de vendas

Descrição	Consolidado	Controladora
	31/12/2025	31/12/2025
Venda de energia	33.914	2.249
PIS e Cofins sobre vendas	(731)	(208)
Total	33.183	2.041

11 Custos operacionais

Descrição	Consolidado	Controladora
	31/12/2025	31/12/2025
Custos com pessoal	(1)	-
Energia comprada	(3)	(2.010)
Depreciação	(2)	-
Gastos operacionais	(767)	-
Gastos com manutenção	(2.056)	-
Outros custos	(148)	-
Total	(2.977)	(2.010)

12 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Serviços - pessoa jurídica	(13)	–	(7)	–
Compartilhamento de despesas (nota 14)	(996)	(791)	–	–
Tributos e contribuições	(3)	–	(2)	–
Despesas legais	(1)	–	(1)	–
Taxa de manutenção - CCEE	(1)	(11)	–	(11)
Despesas pré-operacionais - geração energia	(310)	–	–	–
Outras despesas gerais ou administrativas	(66)	(6)	(2)	–
Total	(1.390)	(808)	(12)	(11)

13 Resultado financeiro

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações	126	–	4	–
Ganhos em derivativos de cambio - não realizado	2.304	–	2.304	–
Variação cambial ativa	100	–	20	–
Outras receitas financeiras	75	–	–	–
Total	2.605	–	2.328	–
Despesas financeiras				
Tarifas bancárias	(4)	(3)	(2)	–
Perdas em derivativos de cambio - não realizado	(1.553)	–	(1.553)	–
Variação cambial passiva	(11.024)	–	(3.939)	–
Outras despesas financeiras	(1)	–	–	–
Total	(12.582)	(3)	(5.494)	–
Resultado financeiro	(9.977)	(3)	(3.166)	–

14 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrentes de transações da Companhia com partes relacionadas, estão descritas abaixo:

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo	2.237	–	6.837	–
Contas a receber de clientes	2.237	–	2.237	–
Venda de energia (nota 5) (c)	2.237	–	2.237	–
Dividendos a receber	–	–	4.600	–
Dividendos a receber de controladas	–	–	4.600	–
Passivo	1.538	711	3.401	–
Partes relacionadas - outras contas a pagar	373	711	–	–
Transações de condomínio (b)	208	320	–	–
Compartilhamento de despesas (a)	165	391	–	–
Fornecedores	–	–	2.237	–
Compra de energia (c)	–	–	2.237	–
Dividendos a pagar	1.165	–	1.164	–
Dividendos a pagar a acionistas	1.165	–	1.164	–
Resultado	948	(791)	–	–
Receita líquida de vendas	2.010	–	2.010	–
Venda de energia (c)	2.010	–	2.010	–
Custos operacionais	(24)	–	(2.010)	–
Energia comprada (c)	–	–	(2.010)	–
Custos com manutenção de torres (a)	(24)	–	–	–
Despesas gerais ou administrativas	(1.038)	(791)	–	–
Compartilhamento de despesas (a)	(996)	(791)	–	–
Despesas com manutenção de torres (a)	(42)	–	–	–

- (a) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a controlada possuía operações com partes relacionadas decorrente de contrato de compartilhamento de despesas firmado com a Casa dos Ventos S.A., com a finalidade de prestação de serviços administrativos e manutenção de torres.
- (b) A controlada possuía despesas em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas transitórias até a sua liquidação.
- (c) A controlada possuía operações de venda de energia com a controladora, e esta por sua vez, possui operações de venda de energia com a Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A.

A Casa dos Ventos S.A. é a controladora final da Companhia.

Remuneração da Administração

A Companhia não efetua diretamente pagamentos de remuneração aos membros de sua Administração, os quais renunciam à remuneração pelo exercício de seus cargos na Companhia em seus termos de posse. A remuneração, é suportada diretamente pela acionista que indicou o respectivo administrador. Especificamente quanto aos administradores indicados por Casa dos Ventos S.A., a remuneração é paga diretamente por essa acionista e, posteriormente, apropriada às suas controladas, incluindo a Companhia, por meio de rateio. Tais valores são registrados pela Companhia como serviços tomados, classificados em despesas gerais e administrativas, conforme aplicável. Os montantes incorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontram-se divulgados na nota explicativa correspondente às demonstrações financeiras da Casa dos Ventos S.A.

15 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo:

Descrição	Mensuração do valor justo	Consolidado				Controladora			
		31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa		34.586	34.586	6	6	27.720	27.720	2	2
Contas a receber de clientes		16.296	16.296	—	—	2.271	2.271	—	—
Partes relacionadas - outros créditos		—	—	—	—	—	—	—	—
Dividendos a receber		—	—	—	—	4.600	4.600	—	—
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	(407.912)	(410.912)	—	—	(407.912)	(410.912)	—	—
Debêntures	Nível 2	—	—	—	—	—	—	—	—
Obrigações com arrendamentos		—	—	—	—	—	—	—	—
Fornecedores		(332)	(332)	(3.790)	(3.790)	(2.276)	(2.276)	—	—
Partes relacionadas - outras contas a pagar		(373)	(373)	(711)	(711)	—	—	—	—
Contratos de mútuos		—	—	—	—	—	—	—	—
Dividendos a pagar		(1.165)	(1.165)	—	—	(1.164)	(1.164)	—	—
Outras contas a pagar		(1.570)	(1.570)	(107)	(107)	—	—	—	—
Total		(360.470)	(363.470)	(4.602)	(4.602)	(376.761)	(379.761)	2	2

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia apresentava instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros não derivativos da Companhia e sua controlada são avaliados ao custo amortizado.

b. Mensuração do valor justo

A tabela abaixo apresenta a técnica de valoração utilizada na mensuração do valor justo de Nível 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados.

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Título de dívida – Empréstimos e financiamentos	O valor justo calculado considera: (i) o fluxo de pagamento de parcelas futuras previstas no contrato de financiamento, com juros pós fixados (ii) menos o custo de captação embutido no saldo contábil da rubrica de empréstimos e financiamentos.	Não aplicável	Não aplicável

c. Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos (Controladora)

Descrição	Hierarquia	31/12/2025	
		Valor contábil	Valor justo
Ativo			
Ganho temporário - Hedge (NDF e Opções)	Nível 2	16.248	16.248
Passivo			
Perda temporária - Hedge (NDF e Opções)	Nível 2	(15.405)	(15.405)
Total		843	843

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2025, contratos cambiais a termo atrelado a moedas estrangeiras que podem variar ao final do contrato. O vencimento das NDFs contratadas ocorrerá no dia 4 de maio de 2026. Todos os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão avaliados a valor justo, seguindo os níveis de hierarquia da nota 2.3 Uso de estimativas e julgamentos.

16 Imposto de renda e contribuição social corrente

a. Composição do saldo no resultado:

Descrição	Consolidado
	31/12/2025
Imposto de renda corrente	(466)
Contribuição social corrente	(249)
Total - impostos correntes	(715)
Imposto de renda diferido	(188)
Contribuição social diferido	(67)
Total - impostos diferidos	(255)
Imposto de renda e contribuição social, líquido do diferido	(970)

b. Apuração do imposto de renda e contribuição social correntes (Lucro presumido, Controladas):

A conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estão demonstrados a seguir:

Descrição	31/12/2025
Venda de energia (Combinado)	33.914
(-) Venda de energia (Lucro Real)	(2.249)
(-) Exposição CCEE em 31/12/2025	(11.191)
Venda de energia (Lucro Presumido)	<u>20.474</u>
Alíquota de presunção (IRPJ)	8%
Lucro presumido	1.638
Outras receitas não operacionais	197
Alíquota vigente	15%
Alíquota vigente IRPJ adicional	10%
Imposto de renda corrente	(466)
Alíquota de presunção (CSLL)	12%
Lucro presumido	2.457
Outras receitas não operacionais	197
Alíquota vigente	9%
Contribuição social corrente	(249)
Alíquota efetiva	(3,8)%

c. Apuração do imposto de renda e contribuição social diferidos (Controladora):

Descrição	31/12/2025
Adições (exclusões) temporárias	
Ganho temporário - hedge (NDF)	(255)
Total	(255)

d. Movimentação das obrigações com imposto de renda e contribuição social:

Descrição	31/12/2025
Saldos iniciais	—
Imposto de renda e contribuição social no exercício	715
Impostos pagos sobre o lucro	(386)
Compensações no exercício	(18)
Ajustes acumulados de conversão	9
Saldos finais	320

e. Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Controladora):

Descrição	31/12/2025
Saldos iniciais	—
PIS e COFINS diferidos sobre derivativos	78
IRPJ e CSLL diferidos	255
Ajustes acumulados de conversão	5
Saldos finais	338
Ativo Não Circulante	(675)
Passivo Não Circulante	1.013

17 Contingências

A Companhia e sua controlada, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de natureza tributária, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos. Contingências identificadas como perda remota não são contabilizadas, nem divulgadas; contingências identificadas como perda possível são apenas divulgadas; e contingências identificadas como perda provável são contabilizadas e divulgadas nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas. A Administração revisa suas estimativas e premissas continuamente.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e sua controlada, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliaram não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.

18 Eventos subsequentes

No dia 20 de janeiro de 2026, a Vallourec exerceu a opção de compra de ações que detinha em decorrência do Contrato de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças celebrado com a Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A., conforme detalhamento abaixo:

Data da venda	Adquirente	Ações ordinárias vendidas	% Capital social adquirido
20/01/2026	Vallourec Tubular Solutions Ltda.	326.590	0,05 %
20/01/2026	Vallourec Tubos Do Brasil Ltda.	3.265.899	0,49 %
20/01/2026	Vallourec Soluções Tubulares Do Brasil S.A.	4.898.847	0,73 %
20/01/2026	Vallourec Soluções Tubulares Do Brasil S.A.	24.167.650	3,63 %
Totalizador		32.658.986	4,90 %
